

Seis meses depois, planos sem solução

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ontem, 17, completaram-se seis meses do anúncio, pelo então vice-presidente em exercício, José Sarney, da formação de oito comissões de alto nível que, em tempo útil, equacionariam alguns dos principais problemas do País. Foi num domingo, 17 de março, diante do Ministério empossado 48 horas antes, que Sarney leu o documento logo depois conhecido por "É Proibido Gastar", redigido por Tancredo Neves. Nele se divulgava uma das grandes intenções da Nova República: preparar soluções rápidas, por meio de comissões especiais, para a reforma tributária e a descentralização, para os desníveis regionais, para a responsabilização dos maus administradores e controladores das instituições financeiras, para coibir os excessos dos benefícios indiretos da administração federal, para examinar os pagamentos em dólares feitos aos funcionários mantidos pelas estações no Exterior, buscar a unificação dos orçamentos, para reformar o sistema educativo nacional e para promover estudos constitucionais destinados a alicerçar a ordem política sobre a legalidade democrática.

As oito comissões, à exceção da última, foram logo compostas, a maioria delas na esfera do Ministério do Planejamento. Tornando-se presidente definitivo com a morte de Tancredo, em 21 de abril, José Sarney empenhou-se, como já se vinha empenhando, na realização dos planos, programas e objetivos da Nova República. Desdobra-se, até hoje, enfrentando toda sorte de desafios e procurando, como poucos chefes de governo em todo o período republicano, acertar, corrigir e prover. Na medida do possível, obviamente, já que uma de suas principais características é o realismo. Ou a humildade. Sabe que não se transformará em prestidigitador. E não quer transformar-se. No entanto...

No entanto, o problema surge quando, decorrido meio ano, se verifica que nenhuma das comissões referidas disse a que veio, na medida em que não surgiram resultados, estudos ou propostas concretas a respeito de cada um daqueles temas. Hoje, por iniciativa do ministro da Educação, realizar-se-ão debates por todo o País, sobre a questão do ensino, mas custarão a ser formalizadas sugestões e projetos efetivos. Da mesma forma como nos outros problemas. Houve, no máximo, conversas. Reuniões entre ministros, altos assessores do governo e até representantes da sociedade civil. Mas conclusões, nem pensar. Muito menos ações delas decorrentes. Continuamos na mesma, diante de cada uma das preocupações do presidente falecido e de seu sucessor.

A reforma tributária e a descentralização administrativo-financeira tinham por meta evitar a superposição de tarefas entre os vários níveis da administração federal, bem como fortalecer a ação dos Estados e municípios, estabelecendo um regime fiscal mais justo no qual houvesse correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva, até mesmo com a referência de que projetos de lei deveriam estar prontos rápidos, para encaminhamento ao Poder Legislativo.

Pois a reforma tributária permanece tabu. A União, na prática, contraria a teoria, pois hesita em transferir recursos, mesmo minguados, às unidades federativas menores, os municípios e os Estados. Ao mesmo tempo, ignoram-se iniciativas globais e concretas em condições de impedir a redundância de

atividades, mesmo na esfera federal. Aqui e ali, num ou noutro ministério, surgem palpites ou ações de âmbito restrito, mas nada mais.

A comissão que avaliaria os incentivos fiscais deveria estabelecer uma política de redução dos desníveis regionais, até pela criação de novos empregos no Nordeste, mas, de prático, nada apareceu. Aquela região permanece entregue à própria sorte, não apresentou a menor perspectiva de mudança, não obstante, vale a repetição, o esforço de certos ministros, como o do Interior, Ronaldo Costa Couto.

Dos malandros e larápios que enriqueceram à custa da poupança popular, roubando e dando sérios prejuízos aos poupadores, nem haverá que falar. Não foi um, ainda, para a cadeia, apesar de dezenas deles estarem identificados e continuarem a passear pelas ruas os seus sorrisos de deboche. Acobertados, livres e impunes, eles até receberam adesões, depois de 15 de março, juntando-se aos responsáveis por Lumes, Coroas-Brastéis, Delfins e Capemis a turma do Sulbrasil e do Brasilinvest. Não veio a tipificação de ações lesivas nem a cominação de penas cabíveis imprescindíveis para o restabelecimento da confiança da sociedade nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros.

Vale o mesmo para os exagerados benefícios concedidos pela administração direta e indireta. Os ministros perderam parte das mordomias, na medida em que não têm mais amplíssimas despesas custeadas pelo Tesouro, mas nas estatais continuam sendo pagos os equivalentes ao décimo quinto e até o décimo sexto salários, bem como participação nos lucros (?) aos diretores e sucedâneos. Os símbolos execrados dos abusos e da prepotência de 20 anos têm sido atacados no plano da retórica, mas continuam em campo. Coisa parecida acontece com os pagamentos em dólar feitos a funcionários de empresas estatais no Exterior. A Petrobrás anunciou o fechamento de escritórios, o ministro da Indústria e do Comércio também, mas, por enquanto, estão todos lá.

Da multiplicidade de orçamentos, não há que falar. Parece que continuaremos com ela, pois os próprios ministérios econômicos têm sido pródigos em produzir informações sobre a impossibilidade de unificá-los. O Congresso, com isso, permanece e permanecerá marginalizado.

As comissões da Reforma Educacional e dos Estudos Constitucionais funcionam; esta depois de longas e protelações que duraram cinco meses; aquela, no âmbito do Ministério da Educação e agora dando frutos, na realização do "Dia D", hoje, de promoção de debates públicos. No caso da Comissão Constitucional, no entanto, ela foi denominada de provisória e já não possui como objetivo a elaboração de um esboço de anteprojeto de Constituição. A referência constou do texto preparado por Tancredo Neves e lido por José Sarney, há seis meses, mas desapareceu do decreto assinado em agosto pelo atual presidente que, ao compô-la, falou apenas de estudos constitucionais.

Em suma, entre as promessas de seis meses atrás e a realidade, registra-se amplo hiato, impossível de ser debitado ao presidente José Sarney, mas, obviamente, produzido pelas estruturas governamentais. É a máquina administrativa, muito mais do que as pessoas, responsável permanentemente pela frustração de planos, programas e objetivos. Quando apenas meio ano se completa da Nova República.

C.C.